

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO (PR)** torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MAIOR DESCONTO, visando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS**. O certame deverá ser processado e julgado à luz da nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. PREÂMBULO

Modalidade da Licitação: Pregão Eletrônico.

Tipo de Licitação: Menor Preço (com base no maior desconto) por Lote.

Modo de Disputa: ABERTO

Sessão de Abertura: 10 de julho de 2026.

Recebimento de Propostas: Até às 08h30min de 10 de julho de 2026.

Início da Sessão de Disputa de Preços: As 08h30min do dia 10 de julho de 2026.

Plataforma: Exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br

Órgão responsável: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR).

UASG: 988453

Contato: Telefone: (42) 3642-1145 (Ramal 221) – E-mail: <licitacao@turvo.pr.gov.br>.

Horário de Atendimento: De segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00.

Canal de publicidade: Portal da Transparência do Município de Turvo (PR), disponível em <http://www.turvo.pr.gov.br/> (espaço “Licitações e Contratos”) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste PREGÃO ELETRÔNICO o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças, óleos, fluidos, equipamentos de vedações, reparos e demais itens necessários para a realização de manutenções corretivas e preventivas dos veículos e máquinas da frota municipal, podendo ser itens originais e genuínos, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, autuado na forma do Processo Administrativo nº 4131/2026-1Doc, conforme quantidade, descritivo e condições de entrega prevista neste instrumento.

2.2. Justificativa: O presente pedido encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município e fundamenta-se na necessidade contínua de realização de manutenções preventivas e corretivas da frota municipal, garantindo que os veículos permaneçam em condições adequadas de uso para atender às demandas operacionais das Secretarias Municipais. A manutenção contínua da frota é essencial para assegurar a qualidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos prestados à população, evitando paralisações, reduzindo riscos de falhas mecânicas e proporcionando maior segurança aos usuários e servidores. O problema a ser solucionado consiste em assegurar a disponibilidade, segurança e pleno funcionamento da frota pública, considerando que falhas mecânicas, desgastes naturais e a necessidade de substituição de peças ocorrem de forma imprevisível, podendo comprometer diretamente a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais prestados à população. Nesse contexto, a solução mais adequada consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços para aquisição de peças automotivas, mediante

aplicação do maior percentual de desconto sobre tabelas oficiais e/ou orçamentárias do setor automobilístico. A utilização desse critério de julgamento mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que promove maior competitividade entre os fornecedores, assegura economicidade nas contratações e mantém os preços alinhados aos valores praticados no mercado. Além disso, o modelo adotado proporciona maior eficiência na gestão contratual, maior agilidade no atendimento das demandas de manutenção e continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções decorrentes da indisponibilidade de veículos e equipamentos. A contratação atenderá às necessidades de manutenção da frota pertencente às diversas Secretarias Municipais, abrangendo veículos leves, utilitários, máquinas e veículos pesados utilizados na execução das atividades administrativas e operacionais do Município. Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, contribuindo para a eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos e manutenção contínua da frota municipal indispensável à prestação dos serviços públicos à população.

2.3. Os valores dos descontos oferecidos pelos licitantes serão aplicados ao sistema eletrônico TRAZ VALOR, ou SIMILARES conforme consta neste edital. Contudo, CHAMAMOS A ATENÇÃO DOS PARTICIPANTES INFORMANDO QUE O MUNICÍPIO EM GRAU DE PRIORIDADE APLICARÁ O SISTEMA TRAZ VALOR como preferência, isto porque, dos estudos que realizamos observamos ser esta plataforma a mais realista com o mercado, garantindo uma fidedignidade maior com o preço, neste sentido, alertamos os licitantes para que ao conceder seus descontos, SEJAM EXTREMAMENTE DILIGENTES e garantam a melhor realidade de seus descontos, evitando lances que não sejam exequíveis, mas que concedam descontos justos que garantam sempre ao Município um objeto de qualidade conforme prevê as normas do direito público e o termo de referência deste pregão. Reforçamos o Município escolherá qual tabela usará, contudo, como já mencionado PRIORIZARÁ a Traz Valor por entender ser a mais realista.

2.3.1. O Município adotará como critério de julgamento o maior desconto que poderá ser realizado sobre a tabela das montadoras com a possibilidade de o contratante comprovar os preços da tabela da montadora pelos dados fornecidos pelos software traz valor ou outro software similar de mesma confiabilidade, uma vez que este critério não obrigará os licitantes a adquirirem o software e, concomitantemente, garantirá que os preços estarão submetidos às tabelas das montadoras. Por este critério, as licitantes poderão adquirir os preços das tabelas das montadoras tanto diretamente nas montadoras, quanto nos software disponibilizados no mercado, sempre sob a fiscalização do Departamento de Gestão de Frotas, que poderá a qualquer tempo solicitar o acesso aos sistemas utilizados para verificação de sua confiabilidade e caso não aprovado a empresa deverá se utilizar do sistema disponibilizado pelo Município ou outro sistema cuja confiabilidade seja comprovada.

2.3.1.1. Ainda fica convencionado que mesmo com a utilização de tabelas como TRAZ VALOR e similares (como a audatex) se a equipe técnica do Município observar que os preços praticados podem ser interpretados como superestimados, poderá rejeitar os valores sempre com base em novos orçamentos que consigam cabalmente demonstrar que o valor praticado é compatível também com o mercado, sempre no máximo interesse público, servindo-se por exemplo sites como painel de preços, banco de preços, tabelas de outros Municípios, consulta em fornecedores reais, ou qualquer outro, sempre no máximo interesse público, com vistas praticar os preços reais de mercado.

2.3.1.2. Os descontos serão praticados sobre as tabelas oficiais, como traz valor, audatex e similares, contudo se for observado que os valores ali estão comprovadamente superestimados, e a equipe técnica do Município comprovar que o valor de mercado é inferior do que o preço final da tabela com o desconto, o Município poderá remunerar a empresa sobre o preço de mercado comprovado, isto é, com a prova real.

2.3.2. Para melhor gestão das compras e considerando o histórico deste Município na aquisição de

objetos desta natureza, o Município terá disponível para consulta a tabela traz valor, audatex ou outra semelhante, entretanto não será vedado a utilização de outras tabelas de igual confiabilidade ou tabelas de montadoras para o fim da aplicação dos descontos, entretanto como não é possível delimitar qual tabela cada licitante se servirá o Município disponibilizará apenas a que acredita ser mais popular e acessível isto é a traz valor ou a audatex, sendo que as demais deverão ser providenciadas pelos próprios participantes, sempre sob a fiscalização do Departamento de Gestão de Frotas, para a conferência dos valores.

Será utilizado o item 2.2.3 se o Município utilizar a tabela audatex ou similar, no caso de usar a Traz Valor o item 2.2.3 será desconsiderado.

2.2.3. A indicação do percentual de desconto ofertado na licitação será considerada para os produtos da linha **genuína**, para as linhas de produtos originais e paralela será considerado as seguintes porcentagens de desconto sobre o percentual de desconto considerado vencedor na licitação:

Linha original = + 5% de desconto sobre a porcentagem oferecido na licitação

Linha paralela = + 25% desconto sobre a porcentagem oferecido na licitação

Obs: Por exemplo se a empresa for vencedora da licitação com 20% de desconto, automaticamente sobre a linha original o desconto será de 25% (vinte e cinco por cento) e sobre a linha paralela 45% (quarenta e cinco por cento).

2.4. Será de responsabilidade do Município a contratação do Sistema a ser utilizado (traz valor) bem como de manter estrutura disponível na Secretaria Desenvolvimento Econômico e Inovação para acesso ao mesmo por parte dos funcionários designados do próprio Município e das empresas interessadas em participar da licitação e para a(s) empresa(s) contratada(s) para realização de consulta.

2.5. No caso em que a peça solicitada não constar no cadastro o valor referenciado na tabela, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, para tanto deverá apresentar pelo menos 03 (três) orçamentos do mercado e sobre a média dos mesmos aplicar o mesmo percentual de desconto ofertado. Fica resguardado sempre ao Departamento de Gestão de Frotas impugnar os orçamentos sempre de maneira justificada e permitindo o contraditório e ampla defesa da contratada.

2.6. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **Compras Governamentais** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **últimas**.

2.7. Os preços máximos a que o Município de Turvo (PR) está disposto a pagar pelos materiais ora licitados estão indicados no Termo de Referência deste Edital (Anexo I).

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO”**.

3.3. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao@turvo.pr.gov.br

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. Para os itens/lotos que não excedam a marca de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

5.7.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.7.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.8. Não poderão disputar esta licitação:

5.8.1.aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.8.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.8.3.aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.8.4.empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.8.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.8.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.8.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

5.8.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.8.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.8.10. O impedimento de que trata o item 5.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.8.2 e 5.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.8.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.8.13. O disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.8.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5.8.15. A vedação de que trata o item 5.8.6. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.9. Os lotes deste Pregão que não excedam a marca de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** são destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.10. A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de quaisquer itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as participantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 ou 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.14. proposta de preços, conforme modelo constante do Anexo II do presente Edital, constando a relação dos Lotes cotados com seus respectivos descontos no formato de porcentagem (XX,xx%) respeitando o limite de duas casas decimais.

**PARA OS LOTES 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30
e 31**

7.15. Em atendimento ao item 5.1.2. da Recomendação Administrativa Nº 1/2021, procedimento administrativo nº MPPR 0059.21.00022-6 do Gepatria - Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e no Combate à Improbidade Administrativa da Região de Guarapuava) - Ministério Público, se conferirá os benefícios previstos no § 3º do inciso I, do art. 48, da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, garantindo a possibilidade de preferência de contratação de microempresa e empresa de pequeno porte sediada local e/ou regionalmente, em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido ofertado, observando, nestes casos, as condições cumulativas indicadas no item 'c' do Acórdão nº 877/2016-Pleno TCE-PR.

7.16. Após o encerramento da fase de lances, antes da classificação definitiva de preços, a Pregoeira verificará se o menor preço alcançado foi ofertado por microempresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte local ou regional. Não sendo o caso, deverá analisar as propostas das demais colocadas, sendo que se constar propostas de empresas locais ou regionais poderão ser consideradas vencedoras aquelas com valores superiores em até 10% (dez por cento) da melhor proposta, ficando, contudo, resguardado a possibilidade bem como o dever da pregoeira em negociar o valor sempre priorizando o máximo interesse público.

7.17. Para melhor entendimento do item anterior, esclarece as seguintes condições que serão observadas na condução do certame: se uma empresa que não seja sediada local ou regionalmente for a classificada em primeiro lugar a pregoeira sempre priorizará as empresas sediadas localmente e em segundo momento as regionais, se não houver a participação ou o percentual de diferença da empresa local para ser privilegiada se garantirá o direito as regionais, nesta ordem, ou seja primeiro beneficiará as locais em segundo momento as regionais, desde que encontrem-se com propostas dentro da margem de 10% (dez por cento) da melhor proposta.

7.18. Aplicam-se as regras de preferência em favor das empresas regionais, compreende os limites territoriais dos municípios integrantes da AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná, atualmente formada por: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo.

7.19. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado no termo de referência, ou seja, não poderá resultar em preço superior ao estabelecido como referência e nem se revelar desvantajoso para a Administração, portanto resta sempre resguardado a possibilidade e o dever de negociação da pregoeira com o melhor colocado.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1.O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1. desconto unitário do item;

8.1.2.Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

8.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3.Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.4.Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

8.9.O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTAS E FORMALIZAÇÃO DE LANCES

9.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.7.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8.O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *1,00% (um por cento)*.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12.Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 9.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.17.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.18.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 9.21.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.21.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.21.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.21.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 9.22.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.22.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 9.22.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 9.22.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.22.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.22.2.2. empresas brasileiras;

9.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

9.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.8. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

10.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

10.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

10.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.7. e 7.5. deste edital.

10.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.8.1. contiver vícios insanáveis;

10.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

10.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação da participante se dará mediante a avaliação dos seguintes documentos:

11.1.1. Em relação à **Habilitação Jurídica** da participante:

11.1.1.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempendedor.gov.br;

11.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da última alteração contratual conforme o caso, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

11.1.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.1.1.4. No caso de empresas individuais e de responsabilidade limitada, sendo microempresa, empresa de pequeno porte ou demais: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial da respectiva sede, conforme o caso.

11.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.1.2. Em relação à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** da participante:

11.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.1.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;

11.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.1.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.1.2.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

11.1.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.1.3. Em relação à **Qualificação Econômica Financeira** da participante:

11.1.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.1.4. Em relação à **Qualificação Técnica** da participante:

11.1.4.1. Atestado de capacidade técnica-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público (preferencialmente) ou privado de que a empresa participante já tenha fornecido objeto da mesma natureza ou similar, devendo o(s) documento(s) conter endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou qualquer outra forma que possibilite o Município valer-se para manter contato. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, ou em caso negativo declarar no próprio documento.

11.4.1.1. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, caso solicitado pelo Pregoeiro, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços e/ou entregue os produtos.

11.2. Os documentos previstos de para comprovação da habilitação, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, assim serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão considerados legítimos e autênticos quando juntados na plataforma compras.gov e/ou SICAF uma vez que são anexados por login e senha exclusivamente do participante, neste sentido já submetido a veracidade, entretanto poderá ser realizado diligência pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos do artigo 64 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

11.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

11.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

11.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS HORAS), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.10. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.11. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no item dos documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

11.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.12.3. destaca-se ainda que este edital submete-se expressamente ao Acórdão nº 1211/2021 do Tribunal de Contas da União – TCU.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Após transcorrido o prazo de 2 (duas) horas para o envio dos documentos solicitados no termo de referência, caso a licitante seja habilitada os documentos da empresa serão disponibilizados no site do Município, juntamente com os demais documentos pertinentes a este certame, para análise das demais licitantes promoverem seu convencimento sobre intenção de recurso.

11.17. As certidões de comprovação da regularidade fiscal das participantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município de Turvo/PR.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. A adjudicação ao licitante vencedor será realizada pela Pregoeira, ao final da sessão do pregão, sempre que não houver manifestação dos participantes no sentido de apresentar recurso.

13.2. Ocorrendo a interposição de recursos, a adjudicação será realizada após a decisão dos mesmos.

13.3. A homologação da licitação é de responsabilidade do Prefeito de Turvo (PR), só podendo ser efetuada após a adjudicação ou depois de decididos os recursos, confirmada a regularidade de todos os procedimentos adotados.

13.4. O Prefeito de Turvo (PR) poderá revogar, anular ou transferir a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14. DO CONTRATO, NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente a adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

14.2. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a contratante verificará as condições de habilitação e qualificação da contratada, devendo a comprovação da manutenção ser anexada ao processo.

14.3. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

14.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

14.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. Comporão o Órgão Gerenciador do contrato oriundo do presente certame:

14.7.1. Sebastião Almir Barbosa, como Gestor.

14.7.2. Gean Pereira Carriel, como Fiscal.

15. DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

15.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer em 48 (quarenta e oito) horas, após o solicitado, mediante requisição de compra com o orçamento ou outra forma adotada pelo Município. Porém caso ocorra a entrega de peças incompatíveis com o pedido fica a responsabilidade do fornecedor realizar a troca das mesmas em 24 (vinte e quatro) horas.

15.2. Local: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras. Estrada Lufriido de Mattos Leão, S/N.

15.3. Conforme demanda da frota municipal. O pedido das peças será da seguinte forma: A contratante encaminhará a requisição de compra juntamente com o orçamento, onde estará especificado o modelo veículo/máquina, e se o tipo da peça Genuína ou Original.

15.4. Fornecimento de peças e acessórios originais e genuínos de primeira linha e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento, incluindo componentes elétrico- eletrônicos, mecânicos em geral, retífica de motores, óleos, fluidos e filtros. As peças devem conter garantia mínima de 6 meses, a contar da data de emissão da nota fiscal de venda ao Município de Turvo.

15.5. Fica esclarecido para os licitantes interessados no Pregão Eletrônico nº72/2026 que o Município de Turvo, através de seu gestor do Departamento de Frotas, quando da execução da ata de registro de preço/contrato, encaminhará o nome e a foto da peça para o fornecedor, e o fornecedor deverá identificar o código original da peça e informar o Município para que assim possa ser identificada na tabela adotada. Tal situação se justifica pelo princípio da eficiência e do máximo interesse público.

15.6. O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.

16. DO PAGAMENTO

16.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

16.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16.2. LIQUIDAÇÃO

16.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

16.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.3. PRAZO DE PAGAMENTO

16.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

16.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de IPCA de correção monetária, daquele período.

16.4.FORMA DE PAGAMENTO

16.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.4.1.1. Não serão aceitos boletos encaminhados pela contratada com data inferior aquelas determinadas neste edital.

16.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda do presente certame serão custeadas por dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Turvo (PR) para o exercício de 2026, de acordo com a classificação a seguir:

Funcional Programática	Conta de Despesa	Fonte de Recurso	Natureza da despesa	Grupo de fonte
02.002.04.122.0201.2004	00110	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
02.002.24.131.0201.2007	00190	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
03.004.04.122.0201.2005	00410	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
04.002.04.123.0301.2112	00860	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
04.003.04.123.0301.2115	01120	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
04.003.04.123.0301.2115	01130	00510	3.3.90.30.00.00	Do exercício
04.003.04.123.0301.2115	01140	00511	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.002.15.451.0501.2030	01310	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.002.15.451.0501.2031	01380	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.003.15.451.0501.2032	01460	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.003.15.451.0501.2032	01470	00505	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.003.15.451.0501.2032	01490	00510	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.003.15.451.0501.2032	01500	00512	3.3.90.30.00.00	Do exercício
05.004.15.451.0501.2035	01640	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.122.0601.2037	01700	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.122.0601.2037	01710	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.122.0601.2037	01720	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2038	02080	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2038	02090	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2038	02100	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2049	02280	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2049	02290	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.361.0601.2049	02300	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.364.0601.2050	02480	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício

06.002.12.365.0601.2039	02740	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2039	02750	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2039	02760	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.364.0601.2055	02510	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2040	03010	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2040	03020	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2040	03030	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2051	03140	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2051	03150	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2051	03160	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2051	03170	00107	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2052	03310	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2052	03320	00103	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.365.0601.2052	03330	00104	3.3.90.30.00.00	Do exercício
06.002.12.367.0601.2053	03440	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2018	03570	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2018	03580	00303	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2018	03590	00492	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2018	03600	00494	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2018	03602	00521	3.3.90.30.00.00	Do exercício anterior
07.001.10.301.0701.2018	03605	00523	3.3.90.30.00.00	Do exercício anterior
07.001.10.301.0701.2018	03603	00526	3.3.90.30.00.00	Do exercício anterior
07.001.10.301.0701.2018	03604	00527	3.3.90.30.00.00	Do exercício anterior
07.001.10.301.0701.2018	03601	00528	3.3.90.30.00.00	Do exercício anterior
07.001.10.301.0701.2025	04350	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2025	04360	00303	3.3.90.30.00.00	Do exercício
07.001.10.301.0701.2025	04361	00522	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.002.08.243.0801.2057	04810	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.243.0801.2059	04870	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício

08.003.08.243.0801.2059	04880	00934	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.245.0801.2061	04930	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.245.0801.2061	04940	00934	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.245.0801.2065	05010	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.245.0803.2062	05110	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.003.08.245.0803.2062	05120	00939	3.3.90.30.00.00	Do exercício
08.004.08.243.0801.2068	05170	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
09.002.20.606.0901.2078	05820	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
09.002.20.606.0901.2126	05870	00000	3.3.90.32.00.00	Do exercício
09.003.20.606.0901.1085	05900	00000	3.3.90.32.00.00	Do exercício
10.002.22.333.1001.2088	05990	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
10.002.22.661.1001.2087	06080	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
10.002.22.691.1001.2089	06150	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
10.002.23.691.1001.2090	06200	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
11.002.27.812.1101.2074	06340	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
11.003.13.392.1102.2075	06460	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
11.004.23.695.1103.2076	06580	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
12.002.18.423.1201.1097	06680	00000	3.3.90.32.00.00	Do exercício
12.002.18.541.1201.1103	06740	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
12.002.18.541.1201.2096	06800	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
12.002.18.541.1201.2098	06870	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
12.002.18.541.1201.2099	06890	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício
12.003.15.122.1202.2104	07000	00000	3.3.90.30.00.00	Do exercício

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 18.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
- 18.2.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 18.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 18.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 18.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 18.1.5.** fraudar a licitação
- 18.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 18.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 18.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 18.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 18.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 18.1.8.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 18.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 18.2.1.** advertência;
 - 18.2.2.** multa;
 - 18.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - 18.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 18.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 18.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - 18.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 18.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 18.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 18.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

18.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

18.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas na Minuta Contratual, anexo deste Edital.

20. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

20.1. Todas participantes desta licitação devem observar e fazer observar por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e execução do objeto.

20.1.1. Para os propósitos deste item, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

20.1.1.1. “Prática Corrupta”: oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

20.1.1.2. “Prática Colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

20.1.1.3. “Prática Coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

20.1.1.4. “Prática Obstrutiva”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município de Turvo (PR), com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática irregular, bem como atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município de Turvo (PR) e/ou órgão de financiamento multilateral promover inspeção destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes do organismo financeiro multilateral, com objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

20.2. Considerando os compromissos encartados no item 20.1.1. e subitens, a participante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar autorizar que o Município de Turvo (PR) e/ou organismos de financiamento multilateral (através de pessoas por ele[s] formalmente indicadas) possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20.3. O Município de Turvo (PR), garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/1993, se comprovar envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico portal de transparência “espaço licitações e contratos” disponível em www.turvo.pr.gov.br

21.11. O presente Instrumento Convocatório foi confeccionado com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico na forma da Lei Federal Nº 14.133/2021.

21.12. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná para serem dirimidas possíveis dúvidas e questões oriundas desta licitação

21.13. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I – Termo de Referência;
- II – Proposta Escrita;
- III – Minuta do contrato

Turvo (PR), 18 de junho de 2026.

Sebastião Almir Barbosa
Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES INICIAIS:

1 – OBJETO:

Campo	Descrição
Objeto	Registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de peças, óleos, fluidos, equipamentos de vedações, reparos e demais itens necessários para a realização de manutenções corretivas e preventivas dos veículos e máquinas da frota municipal, podendo ser itens originais e genuínos.
Modalidade de Licitação ou Contratação Direta	Pregão Eletrônico
Critério de Julgamento	Maior Desconto
Contrato ou Registro de Preço	Registro de Preço
Natureza da Despesa	Material de Consumo
Classificação quanto a bem de luxo	O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 102/2022, de 3 de novembro de 2022.
Referências de Quantitativos	Solicitação de Serviço e Material SSM nº 195/2026 anexas ao processo.
Prazo de Vigência	12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação.

Lote: 1 - VOLVO		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VOLVO VOLVO/VM 290 6X4 R PLACA: UBK3G74 (93KK0Y1D8SE207715)??VOLVO/VM 290 6X4 R PLACA: UBK3G68 (93KK0Y1D3TE211626)	40.000,00
Lote: 2 - MITSUBUSHI		

Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS MITSUBISHI PAJERO BBV2695 - CHASSI (93XJYH8WJCH23940) ANO 217/2018??TRITON BAY1C83 - CHASSI (93XHYKB8THCG24619) ANO 2019/2017)	15.000,00
Lote: 3 - TOYOTA		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS TOYOTA TOYOTA/BANDEIRANTES - PLACA AID1528 - CHASSI (9BRBJ0160W1017014)	10.000,00
Lote: 4 - VW PESADOS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VOLKSWAGEN PESADOS VW/15.190 EOD E.S.ORE) (BCL 0J12) (9532E82WXC251467) ANO 2012??VW/15.190 EOD E.S.ORE) (BDP 0912) (9532E82W0CR251509) ANO 2012??VW/MARCOPOLO VIALE U) (AKG 9542) (9BWRF82W72R206460) ANO 2002??VW/ NEOBUS MINI ESCOLAR (BDB3D78) (9532M52P3LR004902) ANO 2019/2020??VW/11.180 DRC 4X2) (BCM 9168) (9535V6TB9KR914099) ANO 2018/2019??VW/8.160 DRC 4X2) (BAI2475) (953152P5GR01289) ANO 2015/2016??VW/15.190 EOD E. HD ORE) (BCP9136) (9532E82W3KR910357) ANO 2018/2019??VW/26.280 CRM 6X4) (BDK-2A87) (953658261KR925599) no 2018/2019??VW/NEOBUS 8.180E (TAX2D73) (953AD5TF9SR009182) ANO 2024/2025??VW/NEOBUS 8.180E (TAZ8J88) (VW/NEOBUS 8.180E) ANO 2024/2025??VW/MASCA ROMA 350R O ONIBUS (ASX4D48) (9532L82W5AR038462) ANO 2010??VW/MASCA ROMA ONIBUS (AUG8I35) (VW/MASCA ROMA ONIBUS) ANO 2011????Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	130.000,00
Lote: 5 - FIAT		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS LEVES FIAT FIAT/PALIO ESSENCE 1.6) (BAH-7933) (9BD19628TG2272283) ANO 2015/2016??FIAT/STRADA HD WK CD E)(BBN-9968) (1128077245) (9BD57834FJY182650) ANO 2017/2018??FIAT/STRADA WK CC E) (QNF-7914) (9BD57814FJY201433) ANO 2017/2018??FIAT/STRADA WORKING) (AXL-8857) (9BD27805MD7731998) ANO 2013??FIAT/STRADA HARD WORKING 1.4)(DYD-4A49) (9BD578IFFLY354628) ANO 2019/2020??FIAT MOBI) (BDE-5H47) (9BD341A5XLY617394) ANO 2018??FIAT/ STRADA HD WK CD E) (BBN-9971) (9BD57834FJY182618) ANO 2017/2018??FIAT/STRADA HARD WORKING 1.4)(BQU-0F65) (9BD5781FFLY375649) ANO 2019/2020??FIAT/MOBI LIKE) (BCT-5D46) (9BD223155A2017075) ANO 2018/2019??FIAT/ SIENA ATTRACTIV 1.4) (QTK7A05) (9BD19713HK3376056) ANO 2019??(FIAT DUCATO GREENC AMBULÂNCIA) (BDR-9H65) ANO 2019/2019??FIAT MOBI (BEJ-3I61) (9BD341A5XLY686085) ANO 2020??FIAT MOBI (BDE-5H47) (9BD341A5XLY617394 ANO 2018????Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A	80.000,00

	aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	
Lote: 6 - M.BENZ PESADOS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VEICULOS PESADOS M.BENZ M.BENZ/MASC GRANMINI ONIBUS) (ARN 6414) (9BM6882729B652812) ANO 2009??(M.BENZ/MASC GRANMINI ONIBUS)(ARN 6415)(154428051)(9BM6882729B649966) ANO 2009??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYH 3237) (9BM693388EB955021) ANO 2014??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYL 2486) (9BM693388EB962500) ANO 2014??(M.BENZ/ATRON 2729 K 6X4) (AYL 2E87) (9BM693388EB961366) ANO 2014??(M.BENZ/LK 1313ADJ-8H81 34502112685518,00 ANO 1985??[MERCEDES BENZ ATEGO 1419 RHJ-5C95 9BM958130NB224071 ANO 2022 ??Incluíram-se também caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal. ??	140.000,00
Lote: 7 - M.BENZ LEVE		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VEICULOS LEVES M. BENZ AMBULANCIA MERCEDES 416 NOVARHE-7190 8AC907643NE199359 ANO 2021/2022??AMBULANCIA MERCEDES 416 NOVARHE-7189 8AC907643NE199435 ANO 2021/2022??M. BENZ SPRINTER PLACA: BBF9F50 8AC906633GE115335 ANO 2015/2016??M. BENZ 417 PLACA: TAW1D23 8AC907643RE239874 ANO 2023/2024??Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	30.000,00
Lote: 8 - MOTOS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	MOTOCICLETAS (2013/2014)(HONDA/NXR 150 BROS ES)(AXU 7D89)(597418934)(9C2KD0550ER304000)??(2008)(HONDA/NXR 150 BROS ES)(AQW 9109)(119109883)(9C2KD03308R082216)??(2002/2003) (HONDA/C100 BIZ)(AKR 8479)(797057919)(9C2HA07003R009068)??Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	1.000,00
Lote: 9 - FORD LEVE		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VEICULOS FORD FORD/FIESTA 16SE) (BBO-7637) (9BFZD55PXHB569894) ANO 2017??FORD/FIESTA 1.6 FLEX)(AYQ 1226) (9BFZF55P4E8100089) ANO 2014??FORD TRANSIT FL (UAV 6B27) (WF0DTTVF0TU021075) ANO 2025/2026??FORD ECOSPORT XL (ARP1H55) (9BFZE55P098530775) ANO 2009??Incluíram-se também caso haja	15.000,00

	necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	
Lote: 10 - FORD PESADOS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS FORD PESADOS FORD/CARGO 2429)(AYM 9163) (9BFYEALEXEBS71831) ANO 2014??FORD/CARGO 2629 6X4) (AYL 2E89) (9BFZEANEXEBS70843) ANO 2014??FORD/CARGO 2629 6X4 (BAU6D03) (9BFZEANE4HBS98027) ANO 2016/2017??FORD/CARGO 2629 4X2 (BAU6D10) (9BFYEAGB5HBS97984) ANO 2016/2017?????Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.??????	100.000,00
Lote: 11 - RENAULT		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS RENAULT RENAULT/MASTER FUR L3H2 BBC-9419 9BD57834FJY182650ANO2016/2017??RENAUT MASTER BCW-1F74 93YMAFEXCKJ717750ANO2018/2019??KWID ZEN 1.0 RHH-9B26 93YRBB005NJ980890ANO2021/2022??RENAULT/ DUSTER EXP 1.6 SCE BDO7B41 93YHSR3H5LJ083649ANO2019/2020??RENAULT/ DUSTER EXP 1.6 SCE BDO7B44 93YHSR3H5LJ207972ANO2019/2020??RENAULT/ DUSTER OROCH EXP 16 EXF-5F59 93Y98R3H5LJ136610ANO??2019/2020??KWID ZEN 1.0 RHH-9B27 93YRBB007NJ007560ANO2021/2022??KWID ZEN 1.0 RHH-9B25 93YRBB008NJ007325ANO2021/2022??RENAULT MASTER TCA (TBZ3F91) 93YJ62S00TJ400084 ANO 2025/2026??RENAULT MASTER GREEN (TBK 4B54) 93YJ62S00TJ400084 ANO 2025/2026??RENAULT VAN (SDY4E92) (93YF62000PJ338068) ANO 2022/2022??RENAULT/DUSTER INTP MT (TAR2B62) (93YHJD207SJ082052) ANO 2024/2025)?RENAULT/DUSTER INTP MT (TAR2B71) (93YHJD207SJ082052) ANO 2024/2025)?RENAULT/DUSTER (UBU0G30) (93YHJD208VJ555297) ANO 2027/2027??RENAULT/DUSTER (UBU0G28) (93YHJD208VJ555302) ANO 2026/2027?????Incluíram-se também caso haja necessidade devido a aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	50.000,00
Lote: 12 - GM/CITROEN		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS CHEVROLET/GM E CITROEN CITROEN/AIRCROS STARTMT PLACA: PBX9D08 (935SUNFN1LB530596)?CHEVROLET/S10 LS DS4 PLACA: SFT1J44 (9BG144DK0PC437477)?CHEV/ SPIN 1.8 L MT LTZ PLACA QUO7I64 (9BGJP7520LB123316)?CHEV/MONTANA PLACA BDL2I95 (9BGCA8030LB114837)?CHEV/SPIN PLACA SFN6E53 (9BGJC7520SB130020)?CITROEN/C3 AIRCROSS PLACA TAM2D73 (935CCNFC51SB509024)??????	55.000,00

Lote: 13 - MARCOPOLO		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS MARCOPOLO MARCOPOLO/VOLARE V8L ESCOLAR) (BAY-0912) (93PB51G1MCC040711) ANO 2011/2012??MARCOPOLO/VOLARE V8L ON) (BBU-5234) (01138412594)(93PB43M32JC059075) ANO??2017/2018??MARCOPOLO/VOLARE W8 ONIBUS) (AQF 0508) (93PB12E3P8C024765) ANO 2008??MARCOPOLO VOLARE V8L ON) (BCH 3579) (93PB43M10KC059905) ANO 2018/2019??MARCOPOLO/VOLARE V8L EO (SEG7F97) (93PB54M31PC070258)????Incluíram-se também caso haja necessidade dev ido a aquisição, doação ou conv enio f eito pelo??município de nov os v eículos com mesma marca e característica lev e/pesado deste lote. A??aquisição de peças para tais dev e ser posterior a conclusão da documentação que integre o??mesmo à f rota municipal.	50.000,00
Lote: 14 - IVECO		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS IVECO IVECO/DAILY 65-180CS-AUT PLACA: UBL3H90 (93ZC665DHT8216592)??IVECO/BUS 10-190E PLACA RHH4B26 (93ZKO18DZM8941662)??VAN/IVECO PLACA BCW1F71 (93ZK42C01K8484496)??IVECO/NEOBUS SPECTRUM R PLACA BEV7C44 (93ZK1RMH0L8935547)????	30.000,00
Lote: 15 - JEEP/HYUNDAI		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS JEEP/ HYUNDAI JEEP/COMMANDER PLACA: TBN0C75 (98867117FSKN77607)??HYUNDAI/HB20 TM PLATINUM PLACA SDS5H34 (9BHCP51BANP270466)	25.000,00
Lote: 16 - VOLKSWAGEN LEVE		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS VW LEVES VW/GOL 1.0 GIV) (BCT 0912) (9BWAA05W7CP066237) ANO 2012/2012??VW/ FOX CONNECT MB) (BCT-5D48)(9BWAB45Z4K4018337) ANO 2018/2019??VW/NOVO GOL TL MCV) (BBC 7851) (9BWAG45V7HT050722) ANO 2016/2017??VW/NOVO GOL TL MCV) (BCB-3512) (9BWAG45U4JT121770) ANO 2018??VW/NOVO GOL TL MCV) (BCB-3501) (9BWAG45UOJT131762) ANO 2018/2018??VW/SAVEIRO 1.6) (ATB 0508) (9BWEB05W08P061032) ANO 2007/2008??VW/SAVEIRO AMBULÂNCIA) (BDM-9I29) (9BWKB45UOLP019347) ANO 2019/2020??VW/GOL 1.0L MC4)(BEX 4D79) (9BWAG45U3NT004462) ANO 2021/2022??VW/GOL 1.0L MC4) (BEX 4G34) (9BWAG45U2NT004758) ANO 2021/2022??VW/GOL 1.0L MC4) (BEX 4F03) (9BWAG45U9NT004739) ANO 2021/2022 ??VW/GOL 1.0 MC 4)(RHJ-3J61) ANO 2021/2022??VW/VIRTUS PLACA BEC7C48 (9BWDH5BZ7LP122455) ANO 2020/2020??VW/VIRTUS PLACA TBD3C59 (9BWDH6BZ3SP032076) ANO 2025??VW / T-CROSS SENSE TSI PLACA SEY4E90 (9BWBH6BF7R4035202) ANO 2023/2024??VW / T-CROSS SENSE TSI PLACA SEY4E89 (9BWBH6BF4R4035206) ANO 2023/2024??VW/POLO SENSE PLACA UBF1I69 (9BWAH5BZ4TT645314) ANO 2026/2026??Incluíram-se também	80.000,00

	caso haja necessidade devido à aquisição, doação ou convenio feito pelo município de novos veículos com mesma marca e característica leve/pesado deste lote. A aquisição de peças para tais deve ser posterior a conclusão da documentação que integre o mesmo à frota municipal.	
Lote: 17 - CATERPILLAR - GENUINA		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120G -Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniv eladora 120G; - Cor: Amarela; - Combustív el: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 1994;</p> <p>PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120K Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniv eladora 120K; - Cor: Amarela; - Combustív el: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 2013;</p> <p>PEÇAS ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR ANO 2016??MODELO CS54B??NUMERO DE SÉRIE: CATCS54BLM5B00778</p>	150.000,00
Lote: 18 - CATERPILLAR - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120G -Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniv eladora 120G; - Cor: Amarela; - Combustív el: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 1994;</p> <p>PEÇAS CATERPILLAR/MOTONIVELADORA 120K Marca e Modelo: Caterpillar/Motoniv eladora 120K; - Cor: Amarela; - Combustív el: Diesel; - Ano??de Fabricação e Modelo: 2013;</p> <p>PEÇAS ROLO COMPACTADOR CATERPILLAR ANO 2016??MODELO CS54B??NUMERO DE SÉRIE: CATCS54BLM5B00778</p>	60.000,00
Lote: 19 - HYUNDAI - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>PEÇAS HYUNDAI/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 220LC-9S -Marca e Modelo: Hyundai/Escavadeira Hidráulica 220LC-9S; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2014;</p>	25.000,00
Lote: 20 - HYUNDAI - GENUINA		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>PEÇAS HYUNDAI/ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 220LC-9S -Marca e Modelo: Hyundai/Escavadeira Hidráulica 220LC-9S; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2014;</p>	50.000,00
Lote: 21 - JCB - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível

1	<p>PEÇAS JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2024</p> <p>JCB/RETROESCAVADEIRA 3C -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3C; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2012;??</p> <p>JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2018;</p> <p>ROLO COMPACTADOR JCB 116D -Marca e Modelo: JCB/Rolo Compactador; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;</p>	80.000,00
Lote: 22 - JCB - GENUINAS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>PEÇAS JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2024</p> <p>JCB/RETROESCAVADEIRA 3C -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3C; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2012;??</p> <p>JCB/RETROESCAVADEIRA 3CX -Marca e Modelo: JCB/Retroescavadeira 3CX; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2018;</p> <p>ROLO COMPACTADOR JCB 116D -Marca e Modelo: JCB/Rolo Compactador; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;</p>	100.000,00
Lote: 23 - TRATORES NH - GENUINOS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>TRATOR 100CV TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS??MARCA NEW HOLLAND??MODELO TL5.100??TRAÇÃO 4X4??COR AZUL ??CAPOTA E ARCO DE SEGURANÇA??COMANDO DUPLO ??ANO DE FABRICAÇÃO 2024??SERIE 6283277</p> <p>TRATOR 90 CV TRATOR AGRÍCOLA DE RODAS??MARCA NEW HOLLAND??MODELO TL5.90??TRAÇÃO 4X4??COR AZUL ??CAPOTA E ARCO DE SEGURANÇA??COMANDO DUPLO ??ANO DE FABRICAÇÃO 2022??SERIE T549R401044??CHASSI HCCZTL90LNCJ47332</p>	20.000,00
Lote: 24 - MULLER - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	MULLER/ROLO COMPACTADOR VAP 55 -Marca e Modelo: Muller/Rolo Compactador VAP55; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 1998;??	15.000,00
Lote: 25 - XCMG - GENUINAS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível

1	<p>ESCAVADEIRA HIDRAULICA XCMG ESCAVADEIRA MODELO XE150BR??>XUG01502KNPA00545<??XCMG</p> <p>PEÇAS ROLOCOMPACTADOR XCMG XS123 Marca e Modelo: ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - ?? Ano de Fabricação e MoDELO 2024</p> <p>RETROESCAVADEIRA XCMG MODELO XC870BR-1??ANO DE FABRICAÇÃO 2023??POTENCIA DO MOTOR 72 KW??COR AMARELA??CHASSI XUG08703CPPA01368??</p> <p>ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123 -Marca e Modelo: ROLO COMPACTADOR/XCMG XS123; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2020;</p>	80.000,00
Lote: 26 - NEW HOLLAND - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>NEW HOLLAND/ MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008;</p> <p>NEW HOLLAND/MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel</p> <p>NEW HOLLAND/PÁ CARREGADEIRA 12B -Marca e Modelo: New Holland/ Pá Carregadeira 12B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008;</p>	200.000,00
Lote: 27 - NEW HOLLAND - GENUINA		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>NEW HOLLAND/ MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008;</p> <p>NEW HOLLAND/MOTONIVELADORA RG 140B -Marca e Modelo: New Holland/ Motoniveladora RG 140B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel</p> <p>NEW HOLLAND/PÁ CARREGADEIRA 12B -Marca e Modelo: New Holland/ Pá Carregadeira 12B; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2008;</p>	105.000,00
Lote: 28 - MICHIGAN - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	MICHIGAM/PÁ CARREGADEIRA 75 - ANO 1980	20.000,00
Lote: 29 - RANDON - GENUINAS		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	<p>RANDON/RETROESCAVADEIRA RD 406 -Marca e Modelo: Randon/Retroesvadeira RD406; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 2017/2018;</p>	40.000,00

Lote: 30 - KOMATSU - ORIGINAL		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	KOMATSU/ TRATOR DE ESTEIRA D-50/A -Marca e Modelo: Komatsu/Trator de Esteira; - Cor: Amarela; - Combustível: Diesel; - Ano de Fabricação e Modelo: 1986;	80.000,00
Lote: 31 - BOMAG		
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS BOMAG BOMAG/ROLO COMPACTADOR 212D-40 - ANO 2015	30.000,00
Item	Nome do produto/serviço	Valor disponível
1	PEÇAS MOTONIVELADORA LIUGONG4180 NUMERO DE SÉRIE CLG4180DCSL016121 PEÇAS PARA CAREEGADEIRA LIUGONG NUMERO DE SÉRIE:??CLG838TZVSL865189 PEÇAS ROLO COMPACTADOR LIUGONG NUMERO DE SÉRIE:??LGJ6612ETSR069879	105.000,00
Valor máximo total do Pregão Eletrônico: R\$ 2.011.000,00 (Dois milhões e onze mil reais).		
Com relação as especificações descritas na plataforma Compras.Gov. em alguns itens os mesmos não contem a mesma descrição, unidade de medida que consta no edital, visto que o sistema conta com um cadastro de produtos genéricos o que nem sempre é compatível com a descrição que o município tem necessidade de aquisição, diante disso as empresas sempre deverão levar em CONSIDERAÇÃO O DESCRITIVO EDEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL.		

2 – JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:

O presente pedido encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município e fundamenta-se na necessidade contínua de realização de manutenções preventivas e corretivas da frota municipal, garantindo que os veículos permaneçam em condições adequadas de uso para atendimento das demandas operacionais das Secretarias Municipais.

O problema a ser resolvido consiste na necessidade de assegurar a disponibilidade, segurança e pleno funcionamento da frota pública, considerando que eventuais falhas mecânicas, desgastes naturais e substituições de peças são imprevisíveis e podem comprometer diretamente a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.

Diante desse cenário, a solução mais adequada é a adoção do Sistema de Registro de Preços para aquisição de peças automotivas mediante aplicação de maior percentual de desconto sobre tabelas oficiais/orçamentárias do setor automobilístico. A escolha pelo critério de julgamento baseado no maior

percentual de desconto sobre tabelas oficiais mostra-se mais vantajosa para a Administração, pois assegura maior competitividade entre os fornecedores, garante economicidade nas contratações e mantém os valores alinhados aos preços praticados no mercado. Além disso, o modelo proporciona maior eficiência na gestão contratual, agilidade nos atendimentos das demandas de manutenção e continuidade dos serviços públicos sem interrupções.

A solução será direcionada à manutenção da frota pertencente às diversas Secretarias Municipais, abrangendo veículos leves, utilitários, máquinas e veículos pesados utilizados na execução dos serviços públicos municipais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é necessária, adequada e vantajosa ao interesse público, garantindo eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos e manutenção contínua da frota municipal indispensável à prestação dos serviços à população.

3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado total da contratação, assim como os custos unitários, encontra-se registrados na Solicitação de Licitação emitida pelo sistema equiplano, identificada como Solicitação de Serviço e Material - SSM 195/2026.

4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Comando	Descrição	Observações/Prazos
Prazo de Entrega	A entrega dos materiais deverá ocorrer em 48 (quarenta e oito) horas, após o solicitado, mediante requisição de compra com o orçamento ou outra forma adotada pelo Município. Porém caso ocorra a entrega de peças incompatíveis com o pedido fica a responsabilidade do fornecedor realizar a troca das mesmas em 24 (vinte e quatro) horas.	
Local de Entrega	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras.	Estrada Lufriado de Mattos Leão, S/N.
Cronograma de solicitação de pedidos	Conforme demanda da frota municipal.	O pedido das peças será da seguinte forma: A contratante encaminhará a requisição de compra juntamente com o orçamento, onde estará especificado o modelo veículo/máquina, e se o tipo da peça Genuína ou Original.

Garantia de Materiais	Fornecimento de peças e acessórios originais e genuínos de primeira linha e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento, incluindo componentes elétrico- eletrônicos, mecânicos em geral, retífica de motores, óleos, fluidos e filtros.	As peças devem conter garantia mínima de 6 meses, a contar da data de emissão da nota fiscal de venda ao Município de Turvo.
------------------------------	---	--

4.1 – Modelo de Gestão do Contrato:

A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato designado pelo Município, que deverá:

- Conferência técnica: verificar se as peças fornecidas atendem ao padrão de qualidade definido no Termo de Referência;
- Registro de ocorrências: anotar qualquer não conformidade que não atender as solicitações em relatório próprio;
- Determinação de prazos: fixar prazo para substituição de itens defeituosos ou não conforme cláusulas contratuais;
- Aprovação para pagamento: validar as notas fiscais somente após a conferência e aceitação formal da entrega;

4.2 – Critérios de Medição e de Pagamento:

Medição: será realizada por lote entregue de acordo com a requisição formal juntamente com orçamento, considerando:

- Quantidade entregue igual à solicitada;
- Qualidade do material conforme especificações;
- Entrega no prazo e local designado.

4.3. Pagamento: será efetuado somente após:

- Entrega completa e em conformidade com a requisição e orçamento;
- Apresentação de nota fiscal acompanhada da requisição e/ou ordem de fornecimento correspondente.

- Prazo de pagamento: conforme disposto na legislação vigente e nas cláusulas contratuais, contado a partir do aceite formal da entrega.

4.4. Forma de execução de entrega sobre a tabela orçamentaria:

Os valores dos descontos oferecidos pelas contratadas serão aplicados com base na TABELA ORÇAMENTARIA **TRAZ VALOR**, sendo executado da seguinte forma:

- A cada fornecimento de material, a CONTRATADA emitirá nota fiscal contendo: o valor da peça registrados na TABELA OFICIAL DE PEÇAS ORÇAMENTÁRIA (**TRAZ VALOR**), o percentual de descontos registrado no processo licitatório, valor do desconto por peça (original ou genuína) e o valor final individualizado de cada peça.
- Nos lotes **01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16**, a definição quanto à classificação das peças como originais ou genuínas ficará a critério da CONTRATANTE, cabendo ao gestor ou fiscal do contrato indicar, no momento da solicitação, qual modalidade deverá ser utilizada. Dessa forma, caso seja optado por peças **originais**, o orçamento será elaborado com base nos valores constantes na tabela de peças originais; por outro lado, caso a opção seja por peças **genuínas**, serão considerados os valores constantes na tabela de peças genuínas, aplicando-se, em ambos os casos, o mesmo percentual de desconto contratado. Já nos lotes **17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32**, a classificação das peças já se encontra definida nos respectivos lotes. Assim, para os itens classificados como peças **originais**, serão utilizados os valores constantes na tabela de peças originais, enquanto para os itens classificados como peças **genuínas**, serão considerados os valores constantes na tabela de peças genuínas.
- Em relação aos pedidos de atualização de preços pela CONTRATADA na tabela orçamentária, o procedimento deverá ocorrer da seguinte forma: a CONTRATADA deverá formalizar solicitação junto ao fiscal do contrato, identificando de maneira específica as peças que sofreram elevação de preços no mercado, bem como comprovar o aumento expressivo mediante a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos emitidos por fornecedores distintos. Após análise da documentação apresentada e constatada a efetiva variação de preços, a CONTRATANTE poderá realizar a o pedido de atualização dos valores no sistema de orçamento de peças, sendo vedada qualquer alteração diretamente pela CONTRATADA. Ressalta-se que a solicitação de atualização de preços deverá ser apresentada pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação de fornecimento das peças realizada pela CONTRATANTE. Decorrido esse prazo sem manifestação formal, não serão aceitos pedidos posteriores de atualização de valores, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer as peças conforme os valores constantes no pedido inicial.

5 - DA FASE DE JULGAMENTO:

Na presente licitação, as empresas locais terão uma vantagem de 10% sobre o maior desconto oferecido. Esta medida visa atender a uma necessidade urgente de manutenção de veículos oficiais, especialmente

nas Secretarias de Saúde e Educação, áreas essenciais que dependem do transporte contínuo e eficiente para o bom funcionamento

A Secretaria de Educação, por exemplo, possui veículos que realizam o transporte de estudantes universitários. Quando um ônibus, responsável por essa tarefa, entra em manutenção prolongada por falta de peças, surgem sérios problemas, como a necessidade de readequar os alunos em outros veículos. Isso pode resultar em superlotação, comprometendo a segurança dos passageiros e a qualidade do serviço prestado.

Na área da Saúde, o problema é ainda mais crítico. Atualmente, a frota da Secretaria de Saúde conta com apenas duas vans destinadas ao transporte de pacientes para a capital do estado. Caso um desses veículos apresente defeitos e detalhes precisos de peças de reposição entregues por fornecedores de outras localidades, o município fica com apenas um veículo operando, o que pode gerar cancelamentos de consultas, muitas vezes aguardadas por longos períodos. Esse tipo de situação impacta diretamente o bem-estar dos pacientes, que ficam com seus tra

A concessão de uma vantagem de 10% para empresas locais tem um efeito duplo. Por um lado, proporciona maior competitividade às empresas da região, permitindo-lhes disputar a igualdade de condições com grandes fornecedores de outras localidades. Por outro lado, essa medida contribui para a efetividade na execução dos contratos, já que as empresas locais, por estarem próximas e familiarizadas com as necessidades locais, podem realizar as manutenções de forma mais ágil e eficiente. Isso reduz custos adicionais relacionados ao transporte, armazenamento e logística, garantindo que os serviços sejam prestados de forma mais comprometida, eficaz e menos onerosa para o administrador.

Portanto, a vantagem concedida busca não apenas equilibrar a competição entre fornecedores, mas também garantir que serviços essenciais, como o transporte de alunos e pacientes, não sofram intermediários, o que é fundamental para a continuidade e qualidade dos serviços públicos

6 - ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Não se aplica.

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, social e econômico-financeira será definida no edital, que também será de minha responsabilidade.

Exigência	Conteúdo mínimo
Atestado de Capacidade Técnica-Operacional	Atestado de capacidade técnica-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público (preferencialmente) ou privado de que a empresa participante já tenha fornecido objeto da mesma natureza ou similar, devendo o(s) documento(s) conter endereço e o telefone de contato do(s) atestante(s), ou

	qualquer outra forma que possibilite o Município valer-se para manter contato. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa Proponente, ou em caso negativo declarar no próprio documento.
--	--

8 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Dotação Orçamentária de todas as Secretarias Municipais.

9 – MOTIVO DA DESNECESSIDADE DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP:

Neste processo específico, faz-se necessária a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual se encontra anexado ao processo.

10 – DA LEGALIDADE:

Para fins do fiel cumprimento das alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i e j do inciso XXIII do artigo 6 da Lei Federal N 14.1433/2021 os parâmetros e elementos descritivos estarão pormenorizados no instrumento convocatório, determinado como Edital, com seus anexos, incluindo termo de referência com todas as definições necessárias de modo que objeto desta pretensão apresente clareza e fundamentos jurídicos para sua elaboração bem condução.

ANEXO II – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL

(Impressão em papel timbrado ou personalizado da empresa, se houver)

PROPOSTA DE PREÇO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	E-MAIL:
ENDEREÇO COMPLETO:		
AGÊNCIA BANCÁRIA:	C/C:	
REPRESENTANTE:		
CPF:	RG:	
TELEFONE:	E-MAIL:	
CONTADOR:	TELEFONE:	
OPÇÃO PELO REGIME DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA: () SIM () NÃO		

2. PROPOSTA:

a) Considerando as informações contidas do Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico nº 72/2026, interessada na contratação do objeto da aludida licitação, vem a empresa acima qualificada a PROPOR ao Município de Turvo (PR) o fornecimento de produtos licitados pelo valor global de R\$... (...), conforme modelo de Planilha de Formação de Preços abaixo:

Lote	Descrição	valor disponível	porcentagem de desconto (%)
		R\$	

b) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

c) No valor total proposto estão englobados todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, comprometendo-nos a saldá-los, por nossa conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão-de-obra, transportes de nosso pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta licitação, incluindo-se a ociosidade de mão de obra e dos equipamentos empregados na execução das obras e serviços.

d) Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as condições estabelecidas no Edital.

e) Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, o Município de Turvo (PR) fica desobrigado de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Local, data.

Carimbo da empresa,
Nome e cargo da pessoa que assina.

Obs.: Esta proposta deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) e/ou procurador(es) devidamente habilitado(s).

É dispensado o reconhecimento de firma, e a autenticação nos termos da Lei Federal Nº 13.726, de 8 de outubro de 2018 considerando que o documento será anexado na plataforma com utilização de senha exclusivamente do participante deste modo serão considerados como legítimos, entretanto poderá ser realizado diligências pela pregoeira e sua equipe caso seja necessário, nos termos do Art. 43, § 3º da Lei de Licitações.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° .../2026,
ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 72/2026,
CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA
EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS,
ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE
VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS
NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE
MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS
DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA
MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E
GENUÍNOS.**

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG N° 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o N° 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), considerando o resultado do julgamento da licitação realizada sob a modalidade de Pregão Eletrônico N° 72/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº, com sede localizada na Rua, N°, no Município de, CEP, neste ato representada por, portador da cédula de identidade N° e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS, ÓLEOS, FLUIDOS, EQUIPAMENTOS DE VEDAÇÕES, REPAROS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, PODENDO SER ITENS ORIGINAIS E GENUÍNOS, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, autuado na forma do Processo Administrativo nº 4131/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico N° 72/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

2.2. Valor total da Ata de Registro de Preços: R\$.....(.....).

3. CLÁUSULA TERCEIRA –EXECUÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1. A entrega dos materiais deverá ocorrer em 48 (quarenta e oito) horas, após o solicitado, mediante requisição de compra com o orçamento ou outra forma adotada pelo Município. Porém caso ocorra a entrega de peças incompatíveis com o pedido fica a responsabilidade do fornecedor realizar a troca das mesmas em 24 (vinte e quatro) horas.

3.2. Local: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras. Estrada Lufriido de Mattos Leão, S/N.

3.3. Conforme demanda da frota municipal. O pedido das peças será da seguinte forma: A contratante encaminhará a requisição de compra juntamente com o orçamento, onde estará especificado o modelo veículo/máquina, e se o tipo da peça Genuína ou Original.

3.4. Fornecimento de peças e acessórios originais e genuínos de primeira linha e demais materiais necessários ao perfeito funcionamento, incluindo componentes elétrico- eletrônicos, mecânicos em geral, retífica de motores, óleos, fluidos e filtros. As peças devem conter garantia mínima de 6 meses, a contar da data de emissão da nota fiscal de venda ao Município de Turvo.

3.5. Fica esclarecido para os licitantes interessados no Pregão Eletrônico nº 72/2026 que o Município de Turvo, através de seu gestor do Departamento de Frotas, quando da execução da ata de registro de preço/contrato, encaminhará o nome e a foto da peça para o fornecedor, e o fornecedor deverá identificar o código original da peça e informar o Município para que assim possa ser identificada na tabela adotada. Tal situação se justifica pelo princípio da eficiência e do máximo interesse público.

3.6. Forma de execução de entrega sobre a tabela orçamentaria:

3.7. Os valores dos descontos oferecidos pelas contratadas serão aplicados com base na TABELA ORÇAMENTARIA TRAZ VALOR, sendo executado da seguinte forma:

- A cada fornecimento de material, a CONTRATADA emitirá nota fiscal contendo: o valor da peça registrados na TABELA OFICIAL DE PEÇAS ORÇAMENTÁRIA (TRAZ VALOR), o percentual de descontos registrado no processo licitatório, valor do desconto por peça (original ou genuína) e o valor final individualizado de cada peça.

- Nos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16, a definição quanto à classificação das peças como originais ou genuínas ficará a critério da CONTRATANTE, cabendo ao gestor ou fiscal do contrato indicar, no momento da solicitação, qual modalidade deverá ser utilizada. Dessa forma, caso seja optado por peças originais, o orçamento será elaborado com base nos valores constantes na tabela de peças originais; por outro lado, caso a opção seja por peças genuínas, serão considerados os valores constantes na tabela de peças genuínas, aplicando-se, em ambos os casos, o mesmo percentual de desconto contratado. Já nos lotes 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32, a classificação das peças já se encontra definida nos respectivos lotes. Assim, para os itens classificados como peças originais, serão utilizados os valores constantes na tabela de peças originais, enquanto para os itens classificados como peças genuínas, serão considerados os valores constantes na tabela de peças genuínas.

- Em relação aos pedidos de atualização de preços pela CONTRATADA na tabela orçamentária, o procedimento deverá ocorrer da seguinte forma: a CONTRATADA deverá formalizar solicitação junto ao fiscal do contrato, identificando de maneira específica as peças que sofreram elevação de preços no mercado, bem como comprovar o aumento expressivo mediante a apresentação de, no mínimo, 03 (três) orçamentos emitidos por fornecedores distintos. Após análise da documentação apresentada e constatada a efetiva variação de preços, a CONTRATANTE poderá realizar a o pedido de atualização dos valores no sistema de orçamento de peças, sendo vedada qualquer alteração diretamente pela CONTRATADA. Ressalta-se que a solicitação de atualização de preços deverá ser apresentada pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da solicitação de fornecimento das peças realizada pela CONTRATANTE. Decorrido esse prazo sem manifestação formal, não serão aceitos pedidos posteriores de atualização de valores, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer as peças conforme os valores constantes no pedido inicial.

3.15. O objeto contratado deverá ser executado atendendo a padrões de qualidade e eficiência regularmente praticados no mercado, acompanhados de cópia Nota Fiscal.

4. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

4.1. As contratações serão formalizadas por meio de Contrato ou Nota de Empenho encaminhada ao e-mail do FORNECEDOR, por meio do sistema 1Doc.

5. VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses ano contado deaté e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5. ATUALIZAÇÃO DE REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

5.1. O preço registrado poderá ser atualizado, a pedido do FORNECEDOR, a cada 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da licitação, adotando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) como índice de reajustamento de preço.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do FORNECEDOR ou por iniciativa do Município em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato superveniente que eleve os preços, desde que observados as disposições contidas no art. Lei Federal n.º 14.133/21.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o FORNECEDOR para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados pelo mercado.

5.3.1. O FORNECEDOR que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

5.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o FORNECEDOR não puder cumprir a ata de registro de preços, é facultado ao FORNECEDOR requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

5.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico financeiro serão do FORNECEDOR, cabendo ao Município a análise e deliberação a respeito do pedido.

5.4.2. Se o FORNECEDOR não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo Município e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR e de aplicação das penalidades administrativas presentes em lei e no edital.

5.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro do preço do FORNECEDOR, o Município poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto, pelo preço registrado na ata de registro de preços.

5.4.4. Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o Município poderá efetuar a revisão do preço registrado no valor pleiteado pelo FORNECEDOR, caso este esteja de acordo com os valores

praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado e nunca superior ao valor máximo estipulado no edital de licitação, para a garantia de equilíbrio econômico-financeiro.

5.4.5. Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pelo Município, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.5. Liberado o FORNECEDOR, o Município poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o objeto pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6. GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Comporão a gestão e fiscalização da presente ata os servidores abaixo responsáveis:

6.1.1. Sebastião Almir Barbosa, como Gestor.

6.2.2. Gean Pereira Carriel, como Fiscal.

6.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo fiscal de contrato designado pelo Município, que deverá:

- Conferência técnica: verificar se as peças fornecidas atendem ao padrão de qualidade definido no Termo de Referência;
- Registro de ocorrências: anotar qualquer não conformidade que não atender as solicitações em relatório próprio;
- Determinação de prazos: fixar prazo para substituição de itens defeituosos ou não conforme cláusulas contratuais;
- Aprovação para pagamento: validar as notas fiscais somente após a conferência e aceitação formal da entrega;

6.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR, pelos danos causados ao Município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolorosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O FORNECEDOR poderá ser apenado com:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa;

7.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município;

7.2. Poderão ser aplicadas seguintes multas:

7.2.1 de caráter moratório, na hipótese de atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

7.2.1.1. 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 30 (trinta) dias corridos;

7.2.1.2. 0,66% por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 15 (quinze) dias, na entrega do objeto, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do Município.

7.2.2. De caráter compensatório, quando ser aplicada nos seguintes percentuais:

7.2.2.1. 15% em caso de inexecução parcial do objeto pelo FORNECEDOR ou nos casos de cancelamento da ata ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida;

7.2.2.2. 20% sobre o valor total da ata pela sua inexecução total.

7.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

7.4. No caso de atraso por mais de 30 (tinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual 20% do valor total da ata, fica facultado ao Município reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.

7.5. A fixação de multas compensatórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município, sendo o dano superior ao percentual referido.

7.6. O valor da multa poderá ser descontado no pagamento devido ao FORNECEDOR.

7.7. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

7.8. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.9. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório ao FORNECEDOR.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do preço do FORNECEDOR será cancelado pelo Município quando o FORNECEDOR:

8.1.1. For liberado;

8.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. Sofrer sanção em que seja declarada sua inidoneidade; e

8.1.5. Demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo Município:

8.2.1. Pelo decurso do seu prazo de vigência;

8.2.2. Se não restarem fornecedores registrados;

8.2.3. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

8.2.4. Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No cancelamento da ata ou do registro do preço do FORNECEDOR, por iniciativa do Município, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, com pessoal ou por publicação no Diário Oficial do Município.

8.4. Nos casos de Revisão dos Preços Registrados e de Cancelamento da Ata ou do Preço Registrado, o Município, mediante decisão fundamentada, poderá suspender preventivamente o registro do preço do FORNECEDOR ou a ata de registro de preços.

8.5. A decisão de suspensão será publicada no Diário Oficial do Município.

9. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1. É vedada a utilização desta ata por órgão ou entidades não participantes.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Esta ata e as contratações dela decorrentes se regem pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/21 e da legislação correlata e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutem o interesse público.

11. DA PUBLICIDADE

11.1. Extrato desta ata será publicado no Diário Oficial do Município.

11.2. Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e dos contratos, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei nº 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro de Guarapuava, para solucionar eventuais litígios decorrentes desta ata e contratações decorrentes.

12.2. As partes firmam a presente ata na presença de duas testemunhas.

12.3. A minuta da presente ata foi confeccionada com supervisão da Procuradoria do Município de Turvo (PR) e está de acordo com os termos do Parecer Jurídico, razão pela qual, em cumprimento ao disposto pelo inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 14.133/21, segue **aprovada**. Responsável: **Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci** advogada inscrito nos quadros da OAB/PR sob o nº 96.251

Turvo-PR,dede 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

DETENTORA DA ATA

Responsável

Testemunha

CPF Nº: _____

Testemunha

CPF Nº: _____

**APROVAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL
PROCURADORIA MUNICIPAL**

Considerando o disposto pelo art. 53 da Lei Federal N° 14.133/2021, a minuta do Edital do Pregão Eletrônico n° 72/2026 (e respectiva minuta de Ata de Registro de Preços e ou contrato) foi encaminhada à esta Procuradoria Municipal para análise e aprovação.

Neste momento, entretanto, considerando os documentos e atos encartados ao processo sob análise e para efeito de prosseguimento à fase externa do certame, declara-se APROVADA a minuta do Edital (e respectivo contrato) da licitação conduzida por este Município sob a modalidade Pregão Eletrônico n° 72/2026, devendo se proceder, a partir de então, com a convocação dos interessados por meio de publicação do Aviso no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>) e a publicação da íntegra do Edital (com seus anexos) no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Turvo (<http://www.turvo.pr.gov.br/>).

Nada mais havendo, por ora, é o Parecer.

Turvo (PR), 18 de junho de 2026.

Alethéia Giselle Leonel de Almeida Schnitzer Simões Falci

Advogada – OAB/PR 96.251

Procuradora do Município